

**Pauta:** Contratos de terceirização da Secretaria Municipal de Educação

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** (10h09min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Bom dia, vereadores, público que nos acompanha aqui; estamos com quatro membros da Comissão de Finanças, Abigail, Roberto Robaina, Ferronato – o Ver. João Bosco Vaz está a caminho –, bem como o Ver. Jonas Reis, membro de outra comissão, fazendo parte da Mesa, tendo em vista a relevância do tema. Compondo a Mesa, representando a Secretaria Municipal de Educação, o secretário adjunto da, Mário, bem como o Sr. Giovane Vaz, e a Sra. Rebeca, gestora de contratos; Sr. Francisco Rosso André, representando o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Rio Grande do Sul. Então, o objetivo desse fórum de hoje, até foi sugerido pela Ver.<sup>a</sup> Biga – temos aqui sempre uma abertura para todos os vereadores trazem as suas pautas. Nós trouxemos aqui, a pedido do Ver. Robaina, na época, aqui um debate sobre a questão da reforma tributária, Ver. Robaina, lembra que nós trouxemos para Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul; hoje trouxemos então para nossa comissão o tema das terceirizadas. Para o público que nos acompanha aqui, muito hoje das atividades que não são as atividades-fim, mas são as atividades-meio da educação, como a manutenção, a segurança, cozinha, a limpeza, a vigilância são feitas por empresas terceirizadas no nosso Município de Porto Alegre, nas escolas que compõem a nossa rede municipal. Por isso, tendo em vista a grande relevância que são esses serviços-meio, afinal, para as escolas abrirem e estarem operacionais, precisamos dos serviços, nós estamos trazendo então a Secretaria de Educação para explicar melhor como é que funciona e trazer maiores detalhes, até para nós, vereadores, entendermos porque o que nós vemos, muitas vezes, na capa dos jornais, bem como no acompanhamento que fizemos no dia a dia, e a vereadora aqui me relatou muito, é quando os serviços estão suspensos, quando tem greve, quando temos um rompimento de contrato. E aqui nós, vereadores, até temos o Ver. Airto Ferronato, que traz a seriedade da prestação de serviço público, nós queremos entender como a gente consegue

garantir uma qualidade do serviço das terceirizadas, garantindo esse método que hoje tem se mostrado relevante para a Prefeitura, mas sabemos, que, em alguns momentos, ele acaba dando rompimento, prejudicando a educação, os nossos alunos, bem como os trabalhadores também, que acabam não recebendo, de acordo com o serviço prestado. Então acho que é essa a relevância. Demorei um pouquinho para explicar todo o contexto para quem nos acompanha; vou começar então com a Secretaria de Educação. Depois, passo para vocês fazerem a contribuição, e os demais vereadores, fiquem à vontade também para fazer as suas colocações.

**SR. MÁRIO DE LIMA:** Bom dia, Ver.<sup>a</sup> Mari, presidente desta comissão, (Inaudível.) Bom, em relação aos contratos terceirizados da Secretaria de Educação, temos 17 grandes contratos que trabalham, que envolvem cessão de mão de obra. Então, ao mesmo tempo que é um trabalho totalmente necessário, não tem como o Município, hoje, fazer concurso público para fazer frente a essas demandas, não só por uma questão orçamentária, no que diz respeito ao desembolso mensal, mas também a política previdenciária do Município; então, uma contratação, um contrato público, um concurso público faria com que o gasto por indivíduo levar 60 anos, numa atividade pode ser terceirizada, por ser uma atividade de apoio; então, o Município optou por esse modelo a partir de 2022. Em 2021 e uma boa parte de 2022, esses contratos eram realizados por meio de contratações temporárias. Isso ocorreu através de duas leis ao longo de 2021 e 2022. Esses servidores temporários, esses funcionários que são trabalhadores temporários foram substituídos por empresas de prestação de serviços. Dentre essas empresas de prestação de serviços, temos os de auxiliar de cozinha, de cozinheiro, de serviços gerais e de segurança. Tivemos de portaria até pouco tempo, mas a empresa decidiu declinar do contrato, justamente porque existem regras de contratação do Município, especialmente as regras de gestão e fiscalização, que são bastante complexas e nem todas as empresas estão preparadas fazer frente às exigências legais que o Município define. Essas definições são determinadas pela Procuradoria-Geral do

Município, pela Controladoria-Geral; então, as regras do tratamento não passam diretamente pela SMED, que faz a gestão dos contratos. O que nós temos visto? Depois, o Giovane, que é o diretor administrativo, e a Rebeca, que faz a gestão de alguns contratos, podem trazer algumas nuances mais específicas em relação a isso. Um dos aspectos com que nós nos deparamos ao longo desse processo é que algumas empresas têm alguns problemas no que diz respeito à disponibilização da documentação; então, como os serviços para os funcionários da SMED eram serviços temporários, eram atividades, digamos assim, recentes, tivemos muitas dificuldades para fazer um alinhamento entre a administração pública, através da SMED, e muitas empresas. Então muitas empresas tinham dificuldade de apresentar a documentação, e o caso da empresa de portaria foi este: ela tinha tanta dificuldade de apresentar a documentação que ela preferiu abrir mão do contrato do que apresentar a documentação e receber o valor cheio. Então nós tivemos muitos problemas com a portaria e tal, e hoje a gente criou diversas ações para tentar evitar que isso ocorra.

Uma outra atividade que nós construímos, além da capacitação dos servidores e tal, nós começamos a criar uma equipe que fizesse só isso, que se dedicasse de forma mais direta à fiscalização desses contratos, mas ainda assim as empresas tinham muitos problemas. Por exemplo, nós tivemos um caso, no dia de ontem, inclusive, com algumas auxiliares de cozinha – depois de fazer esse comentário, eu vou abordar um dos problemas. Nós tivemos a informação que alguns servidores, alguns trabalhadores dessas empresas não tinham recebido; aí nós entramos em contato com a empresa de forma formal para que a empresa dissesse, para descobirmos se empresa havia realmente pago os seus funcionários ou não, e a empresa garantiu que estava tudo certo e tal – formalmente, eles apresentaram essa informação. Só que os servidores, os trabalhadores não tinham o salário lá na conta, tanto é que, quando o dinheiro apareceu na conta, eles foram indo para as escolas para prestar o serviço. Então existem muitos problemas. Aliás, essa empresa é uma que é objeto, que a gente está tentando restringir o contrato com ela amigavelmente, mas está bastante difícil. Então existem aspectos que as empresas têm dificuldade. Eu não sei, não

vou dizer que é por má-fé ou algo parecido, mas elas têm dificuldade de apresentar documentação. Ao mesmo tempo em que elas acabam não entregando a documentação, isso faz com que nós tenhamos dificuldade em realizar o pagamento, então a secretaria tem dificuldade de realizar pagamentos por conta da falta de documentação que as empresas encaminham. Aí vão nos perguntar: “mas por que vocês contratam essas empresas?”. A contratação dessas empresas é feita por processo licitatório, por certames. Então a gente está trabalhando, fazendo um trabalho mais – digamos assim – minucioso, um trabalho mais afinado. Agora, no mês de junho, nós conseguimos colocar todos os pagamentos em dia, de todas as empresas. Tem um contrato referente a um lote que só não foi pago ainda porque a empresa ainda não encaminhou as notas fiscais. Então só para vocês terem uma ideia, para vocês terem uma noção, essa empresa de portaria queria receber sem encaminhar a nota fiscal – esse foi um dos motivos. Para receber, tem que ter, no mínimo, a nota fiscal. E aí, durante todo esse período, a gente teve que realizar diversos pagamentos por determinação de pagamento, ou seja, a gente não conseguia pagar o valor cheio porque a empresa ficava sempre faltando com alguma documentação referente a ponto, etc., com “n” justificativas; mas a legislação é clara, as regras são claras, há certas regras para que esses pagamentos sejam realizados. Ao mesmo tempo, nós temos alguns problemas mais direcionados, e aí nós abrimos um IPS, que é a Investigação Preliminar Sumária, dentro da secretaria, para verificar alguns problemas de prestação de serviço em escolas, porque a informação que nós tínhamos era a de que estava tudo bem; mas, lá na ponta, o diretor, os professores diziam que o serviço não estava sendo realizado em algum determinado aspecto – seja de capina ou qualquer outro. Por que a gente abriu essa IPS? Porque nós temos a Ordem de Serviço nº 07, que determina, que deixa claro, assim como o contrato, quando publicado no Diário Oficial, que o gestor, o fiscal de serviços é o diretor da escola. Então o diretor da escola, quando identifica algum problema, tem que formalizar isso diretamente para a SMED; mas, muitas vezes, isso não acontece. Todo aquele diretor que formaliza aquela situação para a secretaria, a gente tenta resolver isso em 24 horas a 48

horas. Um exemplo disso é a capina: nós tivemos muitos problemas de capina no início do ano; e aqueles diretores que encaminharam alguma informação referente, formalmente, para a SMED, nós tomamos providências para que isso fosse resolvido. Agora, é conflituosa, é difícil, é uma gestão muito complicada no que diz respeito à relação com as empresas; e, obviamente, isso acaba impactando nos próprios trabalhadores, como no exemplo dado aqui no início sobre a empresa que nós conversamos com o diretor, na sexta-feira, ontem mesmo, e eles disseram “não, não, a gente pagou” e tal. E a gente está identificando isso em outras empresas. Isso foi objeto de notificação ontem, e nós estamos tentando fazer o máximo para ficar em cima para que os alunos, principalmente, que são o objeto da contratação, não sejam prejudicados, nem os trabalhadores, porque os trabalhadores trabalham 30 dias do mês para poderem, lá no final do mês, receber o seu salário e pagar as suas contas. Assim como o trabalhador cumpre o contrato de trabalho, as empresas também deveriam cumprir o seu contrato de prestação de serviço.

Vou passar aqui para o Giovane e para a Rebeca para eles contextualizarem um pouco de forma mais específica alguns problemas e ações que vem sendo desenvolvidas.

**SR. GIOVANE VAZ:** Bom dia Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, bom dia demais vereadores da Comissão. Só para complementar a fala do secretário Mário, e depois da Rebeca tem todas as informações aqui sobre os lotes e sobre a situação de cada lote também, que eu acho que é uma informação que vocês também vêm buscar nessa reunião. A gente busca sempre profissionalizar ao máximo a questão da fiscalização dos contratos. A gente percebeu logo que chegou na SMED, que a Prefeitura, como um todo, sempre fiscalizou os contratos de uma maneira não tão profissional, era um servidor que fazia algumas funções e ele também fiscalizava os contratos, era mais uma coisa que ele fazia, e isso prejudicava bastante o andamento dos contratos porque a gente hoje tem um volume muito grande de contratos, e contratos de extrema importância que se não são bem executados prejudicam diretamente o atendimento dos alunos, e isso para a

educação é péssimo, prejudica completamente o nosso atendimento. Então a gente criou um setor de fiscalização de contratos, a gente colocou servidores – a gente tenta, mas a gente tem muita demanda – que trabalha especificamente com isso, e a gente tenta sempre ter uma relação próxima com as empresas porque a gente sabe que a empresa tem suas dificuldades também pela questão da documentação que tem que ser apresentada, pela questão, às vezes, dos prazos contratuais, a gente tenta sempre ajudar. A Rebeca quase todos os dias tem reunião com alguma empresa, e isso a gente percebeu que facilita bastante; a relação do setor público e o setor privado não pode ser unilateral, a gente tem que estar sempre em alguma parceria para que o contrato seja executado da melhor forma possível. A Rebeca eu acho que pode complementar com questão dos lotes e como eles estão atualmente.

**SRA. MARIA REBECA FLORES ACEVEDO:** Bom dia. Em relação aos lotes atuais, a maioria encerra em julho – um deles encerra em junho, mas já está em processo de contratação emergencial –, e no momento a gente já está em processo de ou chamar empresas em segundo lugar da licitação ou em contratação temporária os que não tem tempo viável para resolver essa questão e as escolas não serem penalizadas. Em relação aos problemas das auxiliares de cozinha que não receberam o pagamento, a gente entrou em contato direto com a empresa e eles nos passaram que foi pago e só estava tendo problemas pontuais nas contas de alguns funcionários, tanto que não foram todos os auxiliares de cozinha que não trabalharam, mas o dinheiro foi entrando durante o dia, assim já foram sendo notificados e já foi resolvido, normalizando a situação. Mas a empresa foi notificada formalmente em cada escola que formalizou a reclamação. A gente tem que ter essa formalização, ou por e-mail ou por telefone da direção para a gente poder notificar. A gente tem que ter como notificar a empresa, tem que ter alguma coisa comprovando essa reclamação pelos fiscais dos serviços. As renovações: nenhuma das empresas atuais quis renovar. Nós temos uma empresa pontual que pediu a rescisão amigável por não dar conta da entrega de documentação; o único pagamento que está



atrasado é dessa empresa, por falta de documentação, pois eles não entregam a documentação no prazo, que é dia 10 do mês seguinte ao serviço, e isso é o que está tendo mais problemas, a entrega de documentação ou a entrega de documentação incompleta. E aí os fiscais ou arrumam, para ser mais rápido, e acabam eles fazendo o faturamento, ou a gente tem que devolver para a empresa arrumar, e esse é um processo que a empresa demora muito para resolver; eles não têm essa agilidade de receber a documentação, arrumar o que a gente solicitou e entregar em tempo hábil. Ou então o que mais faz os pagamentos atrasarem é porque eles não conseguem mandar a documentação correta na primeira vez, e aí quando mandam, ou está incompleta ou está errada e a gente tem que arrumar, e acaba sendo mais trabalho para os fiscais, porque os fiscais tem dois contratos cada um, e se tu vais arrumando dois contratos e recebe tudo no mesmo dia... O ideal seria as empresas mandarem a documentação certa e serem ágeis para responder às nossas demandas. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Rebeca. Passo a palavra ao Sr. Francisco Rosso André.

**SR. FRANCISCO ROSSO ANDRÉ:** Primeiramente, bom dia a todos, aos vereadores, a Presidente Mari, a Ver.<sup>a</sup> Abigail que teve a sensibilidade de criar uma Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores Terceirizados, essa é uma questão que ninguém falava, ficava sempre embaixo do tapete. Nos últimos meses a gente vê que está se levantando o assunto para se resolver esse problema. Quero agradecer a presença do Ver. Jonas; já estivemos em vários momentos nessa luta junto também em outras secretarias. Quero dizer primeiramente que esse problema das empresas terceirizadas não é exclusivo da educação, infelizmente é praticamente em todos os órgãos do Município; não é problema dessa gestão, é um problema histórico, começou na educação lá em 2014 com a Cootrario que não pagou os salários, o sindicato interviu, conseguiu reter valores e pagar. Em 2020 com a empresa Multiclean – também dentro da

educação –, os trabalhadores não receberam a rescisão, o sindicato interveio e conseguiu pagar parte desses valores retidos. O que acontece hoje, empresas que são aventureiras, talvez mal intencionadas estão participando das licitações e não estão cumprindo os contratos, muitas pela questão da documentação que é onde a Prefeitura – a secretaria – acaba trancando esses pagamentos. O que a gente vê são trabalhadoras indo sem trabalhar, não indo trabalhar, ou têm escolas que botaram anúncios que não teriam merenda. Então o problema é muito mais grave, já é grave para trabalhadora que não recebe e não tem dinheiro para levar comida para os seus filhos, mas é muito mais grave porque são os nossos filhos, são os filhos dos cidadãos que estão indo para escola sem se alimentar, e a gente sabe que para muitos é a alimentação do dia que eles estão recebendo; isso tem que ser conversado e avaliado. Eu não vou ficar tanto do problema porque a gente tem falado muito do problema, eu acho que o problema é notório por isso estamos aqui. A gente tem soluções; soluções já aplicadas por outros órgãos. Esse problema é crônico dentro dos órgãos municipais e estaduais, por quê? Porque não existe uma legislação que proteja o trabalhador, diferente dos órgãos federais; órgãos federais, hoje eu não tenho problemas, são muito raros. Município e Estado eu devo ter mais de 30 processos cautelares de arresto de valores, porque as empresas não pagaram. Primeiramente, a Prefeitura reconhecer a convenção coletiva da categoria, o que hoje isso não acontece, infelizmente, talvez em função da reforma trabalhista que tirou direitos e tirou homologação de contrato. Mas tirar homologação de contrato da CLT não impede que ela seja cumprida. A gente tem uma convenção coletiva forte que previu homologação de contrato. E eu não vejo nenhuma empresa da Prefeitura levar seus trabalhadores lá ao fim do contrato. E quem questionar sobre a questão da legalidade, primeiro eu gostaria de falar sobre o art. 7º da Constituição Federal, no seu Inc. 26 que diz: reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. Então está lá na Constituição dizendo isso, se a CLT não prevê, a Constituição está prevendo, e isso é uma garantia para o trabalhador. Porque na hora da homologação... Porque antigamente como é que era? Tinha que homologar o contrato. Se não tivesse o



carimbo do Sindicato, a Prefeitura ou o órgão público não liberava o dinheiro. Então a empresa tinha que vir trabalhando correto durante todo o contrato, porque chegava na hora do fim do contrato ou na rescisão, se não tivesse essa homologação, a empresa não recebia. Se tem alguma dúvida sobre a validade da homologação tem uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho que mantém a cláusula de acordo que prevê a homologação do contrato de trabalho. Não suficiente a isso, nós temos o tema 1.046 do Supremo Tribunal Federal que também dá validade à Norma Coletiva de Trabalho. Então começaria um bom ponto a Prefeitura começando ver a Convenção Coletiva e começar a cobrar, porque as empresas a partir de um ano têm que exigir a homologação de contrato dos trabalhadores. Aí vai começar o início de uma mudança, certo?

O reajuste de salário. A empresa que está hoje nas merendas, ela não reajustou o salário dos trabalhadores, que têm a data-base em 1º de janeiro. Foi reajustar neste mês, depois de uma notificação extrajudicial que nós fizemos à empresa. Pagou o reajuste esse mês, mas não pagou a diferença. Qual é o nosso receio? Que termine o contrato, e essas diferenças não vão ser pagas porque não está sendo cumprida a Convenção Coletiva de Trabalho, certo? Então isso são questões que têm que ser levantadas, e eu estou à disposição para a gente poder conversar, inclusive com o secretário nós tivemos a reunião lá da empresa, das portarias, intervimos de uma forma parceira. O Sindicato não é um inimigo da Prefeitura, não é um inimigo da secretaria. Nós queremos ser parceiros para ajudar, para gente melhorar a vida dos trabalhadores quanto a isso. Na época lá da empresa Suporte, a gente conversou, e chegamos, fizemos uma assembleia com os trabalhadores para que pudessem receber, teve paralisação, não teve portaria nas escolas. Depois da nossa conversa a Prefeitura pagou uma fatura; os trabalhadores voltaram a trabalhar e depois o contrato foi rescindido, um exemplo de que é possível fazer uma parceria. Outra situação – e eu não estou trazendo nada aqui, tirando da minha cabeça ou tentando inventar a roda, são questões que já existem, legislação que já existe, é só aplicar nos contratos públicos – é a nova lei das licitações. A nova lei das licitações prevê no seu art. 21, para os contratos de prestação de serviço a aplicação da conta vinculada.

Isso é um marco dentro dos órgãos públicos federais. Os órgãos públicos federais aplicam a conta vinculada. Para resumir: a conta vinculada retém todo mês daquela fatura da empresa, ela retém uma parte da fatura para pagamento dos trabalhadores, caso a empresa não cumpra os direitos deles. E a nova lei das licitações traz uma novidade, que esse valor que está lá retido ele é impenhorável, não tem órgão ou fornecedor penhorar esse valor que está retido. Porque hoje nós temos dois problemas crônicos: atraso de pagamentos frequentes e não pagamento de rescisão. Mas a nova lei das licitações prevê isso; prevê a possibilidade do pagamento direto pelo órgão. O que os órgãos federais fazem hoje? A empresa não pagou no dia, eles abrem um processo administrativo para pagamento direto. Eu tenho a solicitação da Defensoria Pública da União de Canoas e de Rio Grande solicitando a nossa ajuda para cálculos, porque a empresa não pagou, mandaram para nós, nós fizemos os cálculos e, em uma semana, os trabalhadores estavam sendo pagos. Atrasou o salário? Atrasou, porém os trabalhadores tinham a garantia de que iriam receber, diferente do que é hoje, hoje atrasa o salário e não se tem a garantia de que o trabalhador realmente vai receber. Então vai ficar aquela uma semana, 15 dias com toda essa insegurança dos trabalhadores. Como eu disse, pessoal, eu não estou aqui tentando criar nada, não estou tentando inventar nada, isso aqui já existe desde 2018, é mero ato administrativo, tem-se que colocar isso nos contratos públicos, nos editais, porque, primeiro, a consequência da conta vinculada e do pagamento direto é inibir que empresas aventureiras e mal-intencionadas participem da licitação. Hoje uma licitação do Município e do Estado é uma fila de empresas participando, na União é meia dúzia, porque lá essas empresas que estão aqui não participam, porque lá eles não pegam o dinheiro do trabalhador e lá, se eles sumirem, o trabalhador vai receber. Então, para concluir, normalmente eu tenho pouco tempo, eu tenho muito para falar, eu poderia dar dezenas, centenas de exemplos de empresas que não pagaram dentro do Município, da Secretaria de Educação é uma infinidade, não cabe numa mão empresas boas hoje trabalhando. O meu recado é que a gente possa sentar, secretário, que a gente possa debater esses assuntos, que a gente possa

levar para dentro dos contratos administrativos uma legislação que já existe, e aí, sim, começar a inibir essas empresas de participarem. Muito obrigado pela oportunidade de estar falando aqui com vocês, espero ter sido claro o suficiente quanto a uma solução, falar de problema a gente está todo o dia falando, vamos começar a debater soluções.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada Sr. Francisco, foi muito bom para gente aprender também um pouquinho mais sobre o que acontece na prática. O Sr. Jailson Bueno Prodes, do Simpa, está com a palavra.

**SR. JAILSON BUENO PRODES:** Bom dia Ver.<sup>a</sup> Mari, Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, Ver. Jonas, demais vereadores, todas e todos que aqui estão participando desta reunião. O Simpa gostaria de trazer uma pequena contribuição sobre este grande problema, a gente vê que nós temos alguns polos neste problema e que sempre a coisa arrebenta, a coisa estoura na parte mais frágil que é o trabalhador. A gente ouviu aqui a manifestação, por parte da Secretaria, dizendo que tem buscado um diálogo com as empresas prestadoras de serviço, mas eu não vi, em nenhum momento, uma manifestação buscando algum tipo de diálogo com os trabalhadores terceirizados. Se tivesse essa sensibilidade de ouvir os trabalhadores, talvez a gente descobrisse o que realmente está acontecendo, porque não basta também a gente pegar e olhar, vereadores, e simplesmente dizer – eu vou tomar como exemplo a questão, nas escolas, dos auxiliares de cozinha – que a responsabilidade de apontar os problemas está na cabeça dos diretores de escola. Os diretores e as diretoras de escola têm uma série de atribuições, cuidam de todos os problemas relacionados com a comunidade escolar, o relacionamento de alunos, professores, pais e mães responsáveis, os projetos pedagógicos, os fiscais desses contratos são a Prefeitura e a Secretaria. Por exemplo, os trabalhadores, hoje, estão utilizando o registro de ponto inadequado, registro de ponto que não é aquele registro autorizado e referendado pelo Ministério do Trabalho, não permite a conferência por parte do trabalhador. A gente sabe que para esse registro ser aceito pelo Ministério do

Trabalho tem que ter algumas exigências, e esse registro de ponto não está sendo cumprido conforme a legislação trabalhista. Os diretores e as diretoras de escolas não são fiscais do trabalho, não conhecem a legislação trabalhista, não têm essa obrigação, não têm essa responsabilidade de estar fazendo essa conferência. Os trabalhadores têm descontos ilegais no seu salário, mensalmente têm descontos ilegais, e os diretores e as diretoras de escolas não são fiscais do trabalho, não têm essa competência, não têm essa obrigação de estar conferindo o contracheque de cada trabalhador terceirizado, cada trabalhadora terceirizada. É simplesmente transferir um problema que não é dos diretores e das diretoras de escolas. Esses trabalhadores regularmente têm anotado, nos seus pontos, faltas injustificadas por problemas nesses pontos e estão trabalhando, têm dias descontados indevidamente, e estão lá trabalhando. É fácil comprovar essas ilegalidades e não é por acidente, não é para mero acidente, é que essas empresas têm essa prática abusiva, essa situação abusiva de se valer de uma situação de precarização do trabalhador, explorar a mão de obra e, de maneira ilegal, surrupiar o salário desses trabalhadores. Chega ao final do contrato, ficam devendo, ficam com um passivo, vão embora. E com quem fica essa responsabilidade? Obviamente, se a gente for a fundo, essa responsabilidade deve ser abraçada pela Prefeitura, porque não cumpriu adequadamente o contrato com as terceirizadas. Então nós entendemos que na contratação dessas empresas, falando de solução, entre tantas exigências, nós temos que ter um olhar em especial e fazer exigências em relação ao cumprimento da legislação trabalhista, mas alguém tem que fiscalizar o cumprimento dessa legislação trabalhista, e não é o diretor ou a diretora de escola, eles não têm competência para isso, eles não têm formação para isso, não são fiscais do trabalho. Então, não podemos terceirizar o problema. Então, como contribuição, a gente está aqui à disposição. Esse é um problema que acontece em todas as escolas. Não precisamos ir atrás, em todas as escolas está acontecendo isso, fora outros problemas pontuais. Estamos à disposição desta Comissão para contribuir, para trazer mais informações e contribuir na busca de soluções. Obrigado.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Mari. Eu sugeri à nossa Comissão efetuar esse convite a vocês e eu já agradeço a presença de vocês que aceitaram estar aqui conosco debatendo este tema, secretário Mário, Giovani, Rebeca, Francisco, Jailson. É uma pena que a Adriana não esteja aqui também porque ela representa as empresas terceirizadas. A gente acabou dando conta, mas enfim, eu falo que pena porque conheço o posicionamento da Adriana que representa o sindicato patronal das empresas. Eu sugeri esse tema porque muito nos preocupa o final das contratações, que é agora. Estava observando alguns contratos, agora em junho ainda, do lote 4, suporte, gestão em serviços, enfim essa aqui é um contrato de R\$ 5,5 milhões, Ver. Jonas, com a SLP que é uma das que mais têm apresentado problemas. Vocês sabem, né, é recorrente. Algumas empresas trazem isso. Essa vence o mês, um contrato de mais de R\$ 3 milhões. O que eu quero dizer é que essas empresas, por exemplo, já anunciaram às funcionárias que elas estarão demitidas. Tu imaginas então o clima de trabalho, o estímulo do trabalho, quando tu já tens um aviso previamente e não o registro dele. É recorrente essas empresas fecharem ou desaparecerem, e quando elas desaparecem, elas deixam rescisão para trás, vale-transporte, vale-alimentação. Uma pergunta que eu faço à Secretaria. A Secretaria responde subsidiariamente ou solidariamente? A Prefeitura acaba honrando esses contratos com os funcionários? Essa é uma pergunta que eu faço. Eu já identifiquei em alguns contratos, e a gente observa que, na planilha, deve chamar muita a atenção de vocês isso, nós vivemos em um sistema capitalista, em que o lucro é que comanda. Aí tu olhas contratos desses, em que o lucro previsto na planilha é de 0,5. Como assim? Não dá para entender como é que uma empresa não prevê lucro. Para que ter uma empresa, se não é para ter lucro num sistema como o nosso? Então, chama a atenção! A Adriana, junto com o sindicato dos empregados, desenvolveu um estudo nesse sentido que mostra, inclusive, o dispêndio financeiro que a Prefeitura acaba tendo em função

de empresas fraudulentas, empresas de fachada que, quando entram nesse pregão, nessa licitação, já entram com esse objetivo. Somem e vão para outro lugar e abrem com outro CNPJ. É uma história recorrente. E se chega a essa conclusão, Ver. Bosco, do chamado *dumping* social. É isso que vem ocorrendo hoje em Porto Alegre, é visível o *dumping* social acontecendo com as terceirizadas, e as terceirizadas que atendem, especialmente, o poder público. Aqui na Câmara, nós temos o setor de limpeza, enfim, é terceirizado, e já teve problemas aqui em paralisar. Ontem nós recebemos inúmeras denúncias de que não haveria merenda, isso é muito preocupante para as crianças, imagina a mãe dessas crianças, as próprias funcionárias que não foram até o trabalho, porque não tinham vale transporte. Além do salário, não tinham vale-transporte. Eu conversei com algumas empresas sobre por que elas não entram na licitação, são empresas sérias. Elas reclamam, secretário, é da morosidade, da burocracia, Rebeca, que tu falas, que não entregam toda a documentação, eles reclamam da burocracia e morosidade da Prefeitura para confirmar o contrato e efetivar os pagamentos. Eu não sei, eu estou colocando essa situação. O menor preço, a licitação quando é feita pelo menor preço, a gente sabe que traz esse problema, traz, não tem jeito, o menor preço não significa qualidade. E nos preocupa essa qualidade exatamente por se tratar, na Secretaria de Educação, de pessoas. É diferente, eu sei que a Prefeitura tem contratos terceirizados – estamos aqui mostrando, não é, vereadora? –, o DMLU, Previmpa, tem em outros setores, mas especialmente na saúde e na educação, é exatamente... e a maioria dessas funcionárias são mulheres, a maioria, mães. Pronto, então tu envolve, olha só, o contingente que aqui... É sobre isso que nós estamos falando, vocês me entendem? Então, para nós, bacana, Francisco, que tu trazes proposta de solução, isso é legal. Vamos sentar e ver o que é possível melhorar. Eu, por exemplo, vinha pensando, meus colegas da CEFOR, em sugerir à Prefeitura, por que não criar uma câmara setorial de fiscalização em que nós pudessemos estar, o Ministério do Trabalho? Óbvio que isso não é “ah, mais uma coisa para a gente fazer”. Não, é evitar que tenhamos isso, e nos reunir, óbvio, esporadicamente, para olhar contratos e saber: está bacana, não vai ter



prejuízo logo ali? Legal, legal! Então, ter uma câmara setorial, por exemplo, com representantes do setor econômico, do setor profissional, entendem? Mais o Ministério, a própria Câmara, a gente pode ser convidado, não tem problema. Nós exercemos, por direito, a fiscalização, mas não tem problema para nós que a fiscalização seja para que as empresas saibam que serão fiscalizadas pela sociedade institucionalizada. Eu vejo como um problema para vocês analisarem essa possibilidade. Portanto, a nós, nos preocupa essa situação em que, todo mês, a gente recebe os vídeos, ou nos chamam para ir até lá na escola, para dizer: “Olha aqui como é que está a situação”. Nós não queremos passar por isso. O nosso intuito em estar aqui conversando com vocês é buscar soluções de verdade. É isso, obrigada.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós temos acompanhado essa pauta da terceirização não só na SMED, mas também na Secretaria da Saúde. Nós temos visto que há um problema de escolha política. Se se escolhe politicamente fazer a terceirização, é preciso que o gestor mostre competência; se você escolhe essa opção de não ter concurso público para determinados setores, tem que assumir o ônus. Então, às vezes, fico me questionando sobre essas, digamos, capacidades teleológicas do gestor público em não assumir de fato o que é seu, o que é para si. Quando houve o contrato temporário das servidoras das escolas não houve nenhum problema de pagamento, porque a Prefeitura pagava em dia, rodava a folha e pagava em dia, não teve problema, nem um dia as crianças ficaram sem merenda, nem um dia a escola fechou por conta de não ter limpeza e higienização – isso é preciso que conste, foi em 2021. Depois começaram as empresas: deu janeiro, que eram as férias; fevereiro, também um pedacinho do recesso; aí em março começou o problema de atrasos salariais. E quando se assinou contrato com a SLP – acho que a gente tem que nomear as empresas

aqui, para constar nas notas taquigráficas –, a SLP já tinha problemas na Secretaria de Saúde, o governo sabia, porque o governo é uma coisa só, não estamos tratando só de uma secretaria, estamos tratando do governo. Havia problemas com essa empresa, e na secretaria tinha problema na prestação de serviço de manutenção, a mesma empresa. Então a minha questão é para o governo, como instituição, que tem que responder: por que assinou contrato com uma empresa que já tinha problemas, se a gente tem mecanismos de mostrar publicamente que essas empresas não podem mais assinar? Está sendo assim, por exemplo, com o plano de saúde! A empresa que está prestando serviço de plano de saúde para os municipais vai ser banida por decisão do governo, o governo está tomando essa decisão; por que não tomou quanto a essas empresas? Esse é o questionamento. A SMED, a PGM e a Secretaria da Governança já sabiam disso tudo, então não é só SMED, acho que a gente tem que também pensar isso: o problema não é a SMED, o problema são as decisões do governo, várias instituições; a PGM acompanha isso tudo, eu tenho procurado muito o Dr. Roberto Rocha – até agradeço sempre a disponibilidade dele –, Procurador-Geral, sempre muito aberto, estivermos várias vezes reunidos com ele, e ele construiu muitas soluções com várias empresas, inclusive empresas que estavam dando golpe, que é o caso da MG, lá no DMAE. Ela deu golpe, uma parcela dos recursos foi retida, conseguimos, mas outra parcela se perdeu, os trabalhadores perderam o dinheiro, essa é a realidade: a empresa levou o dinheiro da Prefeitura, mas não entregou para os trabalhadores. Quem foi penalizado? Não servidor público, porque não estava envolvido; não foi o cidadão, porque ele recebeu o serviço; não foi a empresa, porque não teve nenhuma ação de continuidade judicial; nem a Prefeitura, no caso do DMAE; e os trabalhadores estão a ver navios até agora, quase 200 trabalhadores da MG Terceirização, que prestava serviços do esgoto pluvial. Quem foi penalizado? Os trabalhadores saíram sem Fundo de Garantia, sem o 13º salário e sem o terço de férias. Isso foi o que a empresa sequestrou, e ficou por isso. Eu não vi nenhum empresário ser autuado por isso. Esse modelo da terceirização tem esse problema, quando a gente não faz a gestão real. Então o meu questionamento

maior é: se a SMED diz para nós que há uma relação conflituosa – porque foi dito isso nesta mesa –, que é uma relação difícil, que eles não têm uma maneira profissional de tratar com os temas, que as empresas não tem agilidade na entrega dos documentos, por que a gente mantém esse modelo que penaliza o trabalhador?

Eu quero fazer um apelo ao governo, porque eu acompanho o tema da gestão escolar há muito tempo: os governos – e aí não é só o municipal – só dão tarefas para as direções. As direções não aguentam mais! Criaram o ponto eletrônico, sabe quem faz? O vice-diretor. Então hoje a gente tem um vice-diretor que só cuida de ponto eletrônico, ele não é vice-diretor, ele não exerce essa função na escola, porque botaram outra função para ele. Hoje ele fica 15 dias fazendo ajustes de ponto, isso é uma vergonha, a gente tem uma legislação da gestão democrática, Ver.<sup>a</sup> Mari, que diz qual quantidade de alunos representa ter um vice, dois ou três, e aí a gente vai lá e cria o ponto eletrônico – que foi a SMED que criou, digo que não foi o governo Melo, foi o governo Fortunati – e não bota RH para isso. Tem que ter um assistente administrativo para fazer isso, não é o vice-diretor; tem que ter, tem que nomear! Criou o ponto eletrônico, é bom? É bom, mas tem que nomear 99 assistentes administrativos para botar dentro da escola, para fazer o ponto, ou a SMED tem que fazer o ponto. Fica muito fácil entregar para os diretores a questão da autonomia financeira, que eu acho importante, Ver.<sup>a</sup> Mari, a autonomia financeira das escolas, acho que agiliza, eles têm que comprar uma maçaneta, uma tomada, vão ali, para isso acho que é bom, mas que gestão é essa realmente autônoma que o diretor não tem tempo para fazer a gestão da escola, para discutir o pedagógico? E agora os diretores têm que deslocar o Fulano, de tal lugar, para poder fazer a merenda, porque a empresa não pagou meia dúzia de pessoas, ela não pagou, ela fez errado. Se ela não pagou um, não é um pequeno problema, é o problema que foi criado na escola. Ou seja, se eu trago a empresa para me trazer uma solução e ela cria problemas desde o terceiro mês de contrato – do terceiro mês de contrato! –, tem alguma coisa errada na escolha de gestão. Acho que tem que revisar isso. Sabe, João Bosco? A SMED acertou, em 2021, em fazer o contrato temporário,

foi um modelo melhor do que a terceirização. Mas aí decidiram lá dentro, que disseram no governo, que não tinham como fazer a folha de pagamento. Mas como que não tem como fazer a folha de pagamento? Então tem que melhorar! Outro dia, estive conversando com o secretário André Barbosa e ele colocou que tinha baixo RH no setor que faz a folha, mas ele é o secretário do setor, é ele que nomeia ou não nomeia. Passa por ele, por exemplo, se pedirem lá na Secretaria de Saúde mais psicólogo, se a SMED quiser implementar psicólogo na escola, assistente social, vai passar por ele. Ele é o gestor! Ele que decidiu que aquele setor tem pouca gente e não pode... Aí, agora, quando as pessoas não têm salário e não vão trabalhar, aí parece que o problema é o diretor de escola que não sabe fazer gestão, que não convence o trabalhador. Agora, parece que tem que convencer o trabalhador a trabalhar sem ser pago – isso é uma vergonha! E eu estou falando, gente, de salários baixos, que as pessoas gastam quase tudo no supermercado e no aluguel.

Então, eu queria pedir a sensibilidade da CEFOR, que pudesse enviar um documento ao governo para revisar sua forma de gestão com as terceirizadas. Acho que tem que revisar isso, porque esse espaço de tempo entre uma autuação e outra é muito grande – é muito grande! Tem o primeiro apontamento, segundo apontamento, terceiro apontamento, só depois, por último, depois de todas as etapas, vai se pensar numa autuação. Então, eu acho que esse modelo também está ruim, eu não sei, o governo tem que pensar uma forma: é o projeto de lei que tem que vir para Câmara? Eu acho que a gente tem que discutir. Eu acho que desse jeito não dá mais, porque não é somente na SMED, gente. Vejam bem, não estou falando isso para vocês, eu acho que teria que estar aqui outros secretários, a PGM também. Esse é um problema de gestão com as empresas. O Francisco, eu acho que – até tu – tu fazes somente isso no sindicato, só resolve incêndio de empresa, não cuida mais da saúde do trabalhador, só resolve problemas que as empresas criam. Eu acho que a Abigail foi muito feliz na sua fala.

E aqui encerro a minha fala: como é que pode uma empresa chegar e dizer que não tem margem de lucro? Porque isso é dizer que não tem margem de lucro.

Então, tu crias uma empresa filantrópica? Eu não entendo isso, não tem como explicar isso. Eu acho que tem que ter uma nuance no edital, o edital, talvez, tenha que pensar isso, não sei se é a lei de licitações, se é, então, vamos provocar os deputados federais a debater. Agora, o fato é – e aí não sei se são essas empresas aqui, não vou cometer uma leviandade – que tem gente que tem 10 empresas, com o nome de um monte de pessoas, e administra 10 empresas. E eu sei que há empresas com contrato na Prefeitura de Porto Alegre que o dono não é o dono que está no papel. Eu queria entender isso, e isso acontece, eu digo hoje e acontece. Acontece lá na FASC. Na FASC, tem empresa que o dono não está com o nome na empresa, mas a empresa presta serviço para a FASC – eu queria entender isso. Então isso é grave, sabe? Isso é grave, a gente precisa desmudar melhor essa questão. Por que o dono não bota o seu nome na empresa? Porque sabe o que acontece? Aparece no WhatsApp o nome: o dono é o Fulano, o dono é o Beltrano, dono é o Sicrano. Então isso é difícil, porque cria um problema até para a Câmara e cria para a gestão também. Hoje está o governo Melo, amanhã pode ser outro governo. E eu entendo que tem as terceirizações, elas fazem parte, é o universo nosso, é a realidade, mas eu acho que a gente tem que criar mecanismos. Eu acho que, para além de ver responsáveis, nós temos que tentar criar mecanismos. Eu acho que fazer este esforço: se a gente tem que provocar os deputados federais, vamos provocar; se tem que provocar Justiça, vamos provocar. Mas o fato é que hoje, gente, a corda arrebenta no mais fraco, infelizmente, é o trabalhador. Por último, acontece isso que eu falei para vocês: eles saem sem os seus dinheiros.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Ver. Jonas Reis. Vamos passar a palavra para o Ver. João Bosco Vaz e, depois, na sequência, para o Ver. Roberto Robaina.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Bom dia a todos. Como o presidente falou e deu uma aula para nós aqui, esse é um problema recorrente em todos os governos, em todos os níveis: de Estado, de Município. A Ver.<sup>a</sup> Biga levantou o

assunto e o Ver. Jonas acaba de falar. Eu já fui secretário e, em determinadas vezes, eu quase fui para as vias de fato com o presidente de uma cooperativa, porque, na Secretaria de Esportes, a Prefeitura pagava e ele não repassava, como eu não conseguia resolver, eu o botei para dentro da minha sala, e ele acabou pagando. Agora por que essas empresas se estabelecem se elas não vêm o lucro? Eu vou dizer para vocês o porquê, eu já disse para o Dr. Da Camino isso. Eu fui, certa vez, falar com o Dr. Da Camino sobre essa situação, depois eu migrei para a Secretaria da Copa, e o problema continuava, eu fui conversar com ele. Eu disse: “Doutor, essa Lei nº 8.666 de licitação está completamente errada, porque, se eu boto o menor preço, aparecem as empresas que não têm condições de realizar o trabalho. “Ah, mas por que tu não botas preço e qualificação?” O senhor chegou onde eu queria! Porque se eu botar preço e qualificação, essas empresas pequenas vão vir aqui dizer que eu estou direcionando a licitação. E o senhor vai lá me punir. Vai ou não vai? E ele: “É... Pois é...” Eles nunca têm a solução. Eu não sei se foi em relação às cooperativas, não sei se o Robaina lembra disso aí, que a Ver.<sup>a</sup> Sofia e outros vereadores, e eu também, participamos disso, fizemos um projeto de lei aqui estabelecendo que as cooperativas, para poderem participar desse negócio, teriam que ter, no mínimo, duas vezes a folha salarial, elas tinham que apresentar que tinham isso disponível. Eu lembro que foi um projeto da Ver.<sup>a</sup> Sofia, e eu propus isso a ela, e eu acho que essa lei está vigente. Mas, como dizia o saudoso João Dib, a gente faz lei todos os dias aqui, tem é que cumprir as leis que já existem. E para não me alongar, porque isso é um problema, Ver. Jonas, de todos os governos. E não quero politizar aqui, o Ferronato e eu estamos aqui há 26 anos, o PT teve grandes governos – reconheço isso! –, todos os governos tentam fazer, uns não dão certo, outros dão, mas o PT fez muita coisa. O PT teve problema sério de terceirização, Jonas, com os médicos; nunca fez concurso, ia renovando os contratos, o João Dib botou o PT na justiça por causa disso, o Raul Pont foi condenado a 80 dias de cadeia, depois ele recorreu, mas era uma necessidade de a administração fazer isso. Eu concordo contigo também, que têm que haver os contratos temporários. Agora, sem a terceirização, nenhum órgão funciona.



Nenhum órgão funciona em lugar nenhum, em governo nenhum, nem no Estado, nem... O que tem é, o que tu falaste, que se organizar. E essa informação que o Presidente traz para nós aqui, do órgão executivo reter parte do contrato para resolver a situação quando essas empresas não resolvem – e elas quase nunca resolvem –, essa é uma boa ideia. Tem que ser levada em consideração. O Presidente falou aqui, ele veio para contribuir e essa é uma grande contribuição. Para encerrar eu deixo a proposta aqui para os colegas da CEFOR, quem sabe a gente, junto com o Simpa, junto com o sindicato, a gente reúne, Jonas, e tu pode capitanear isso aí, tu és professor, no sentido de tentarmos montar um projeto de lei aqui para excluir essas empresas de participarem de licitações, se elas atrasarem dois meses, três meses. Nós temos que estudar isso, chamar o Dr. Roberto, da Procuradoria, a SMED, e tentar intervir nisso. Porque isso não vai acabar nunca, Jonas. Sabe por quê? Porque a Prefeitura não pode proibir nenhuma entidade de participar de uma licitação. Que foi a pergunta que tu fizeste: “por que é que é Prefeitura...?” E eu estou falando do ente, não estou falando do Melo; em qualquer governo. Se tu abres um pregão eletrônico, todo mundo se inscreve. Se tu abres uma licitação, todo mundo se inscreve. E não tem como a Prefeitura... E tu deste um exemplo aí: essa empresa não pagou! Mas por quê...? Não tem! Porque ela vai na justiça e ganha o direito de participar. Então nós é que precisamos tentar montar um projeto, alguma coisa, para dar um basta nisso, para proibir que essas empresas participem. Muito obrigado.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Bom dia a todos e todas. Eu estava escutando as intervenções, e, apesar de considerar muito importante a presença da representação da Secretaria de Educação, eu acredito que esse tema – bem, o Jonas tocou nesse assunto, né?! – não é só da Secretaria de Educação; o tema exigiria inclusive a presença da secretária, porque eu acho que é um tema, não diminuindo a importância das outras representações, mas é um caso gravíssimo, porque envolve trabalhadores que têm um nível de superexploração impressionante na sua jornada, e envolve os alunos, as crianças, e, como muito

bem disse a Abigail, nós temos recebido inúmeras denúncias de que nem a alimentação tem sido garantida, então, é uma situação absurda. Mas eu acho que é um debate mais geral, e eu creio que a Câmara... é importante que a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira tenha trazido para a reunião, que a Câmara ainda não se debruçou sobre esse problema, embora nós já tenhamos tido, ao longo dos anos, muitas crises envolvendo as terceirizações. Eu não sou daqueles, Ver. Bosco, eu acho que foi um erro já de origem, essa é a minha opinião. E acho que é um erro de origem que está ligado a um modo de reprodução das relações econômicas e de estratégia do Estado brasileiro, é nacional – obviamente que as terceirizações são um modelo nacional. Eu acho que, em Porto Alegre, por incrível que pareça, quem começou foi o PT, acho que foi na gestão do Darci Campani, primeira terceirização, se eu não estou enganado, no lixo. Primeira área, o Ver. Ferronato certamente está lembrado disso, que era vereador: primeira terceirização que ocorreu em Porto Alegre foi na área do lixo. Nós tínhamos uma categoria numerosa no DMLU, eram milhares de trabalhadores no DMLU, milhares, talvez eu esteja exagerando, mas alguns milhares sim, não eram centenas. E eu me lembro bem que, naquela época, as mobilizações dos trabalhadores do DMLU elas apavoravam os governos, porque quando os trabalhadores se organizavam e se mobilizavam, eram passeatas numerosas de trabalhadores jovens, fortes, contra o Collares.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** O Ver. Bosco lembrou justamente a greve que eu estava pensando quando estava falando, a greve de 1988. É, foi a greve de 1988, a partir daí começou, foi logo depois...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Isso parece que faz muito, e de uma certa forma faz, mas não faz, é agora, porque tem a ver com a

redemocratização e o modelo que se escolheu de Estado, de gestão de Estado. E eu bem ali, a opção de terceirização do DMLU começou logo depois, foi, de uma certa forma, o balanço da experiência. Eu acho que foi um erro, e a quantidade de dinheiro que se perdeu e que se roubou na área do lixo em Porto Alegre depois da terceirização, olha, eu acho que paga a previdência de todos os trabalhadores que teriam trabalhado no DMLU durante todos esses anos, porque foi roubo em cima de roubo o tempo inteiro, e continua sendo. Na área do lixo... Na área do lixo é roubo, e não é só roubo, na área do lixo é roubo com crime. Aliás, não é só na área do lixo que é roubo com crime, na área da saúde é roubo com crime. Ou nós não tivemos um secretário da saúde que foi assassinado? Ele não morreu, por acaso, um secretário da saúde em Porto Alegre? Faz tanto tempo assim? Esse não faz, não é dos anos 1980, é dos anos 2000 – estou errado que é dos anos 2000?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Bem, o secretário da saúde morreu, e de onde veio? Como é que foi isso? Era uma terceirizada que estava envolvida, uma terceirizada da área de segurança, de vigilância. Eu estou errado? Esses são fatos. E na FASC, nós tivemos um diretor da FASC no governo Marchezan, o Solimar, que era ligado à PUC, ainda é ligado à PUC, que se demitiu – ninguém deu bola –, ele se demitiu dizendo que estava com ameaça de morte, foi isso que aconteceu na FASC. A FASC, Ver. Jonas, tem que acabar com toda e qualquer terceirização na FASC. Não tem saída na FASC se não terminar a terceirização. Tem que fazer o concurso, tem que chamar os aprovados ados... aliás, já teve concurso, não chamaram os aprovados. Tu não tens como resolver a FASC, eu quero saber qual é a situação da FASC...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Ah, ele queria te complicar a vida, ainda bem que tu não aceitaste, porque para pegar a FASC ali... o Solimar pediu demissão, a FASC não tem saída, a não ser acabar com a terceirizada dentro da FASC, porque do contrário o gestor público perde a governabilidade do serviço público, fica na mão de terceirizadas, sabe-se lá quais são essas terceirizadas. No caso da FASC, é esse padrão: o diretor pediu demissão ameaçado de morte. Estou dizendo que todas as terceirizadas são assim? Não, necessariamente não, mas eu tenho claro que não tem como continuar a FASC sem acabar toda e qualquer terceirização da FASC. A FASC está desmontada – desmontada. Bem, na educação nós estamos tendo esses casos aí gravíssimos. Portanto eu questiono o conjunto... na área do lixo, é recente, teve uma que foi incrível, que foi a da Belém Ambiental. Para ver como são recentes, tem várias histórias, tem a lá do início, tem a que envolveu a área da saúde, ali com o Eliseu, que ocorreu o assassinato de um secretário; teve essa Belém Ambiental, que é uma empresa falcatrua completa, era, não sei nem onde é que está mais... sei que teve as denúncias que envolveram o governo Fortunati/Melo, estava o Carús como secretário. Não sei como é que se desdobrou, que tinha a denúncia aquela que botavam as caliças para aumentar o peso do lixo, até botavam pedra. Bom, essa é a terceirização no lixo, por isso que eu digo que se perdeu mais dinheiro com as terceirizadas do que se tivesse contratado e mantido o serviço público, estatal. Por que o nível de crime é de quem? Da Belém. A Belém e essa aí também não pagava os funcionários, e isso era o mínimo que eles faziam. Eu estive lá, houve uma greve, em nível de superexploração total. E agora, Porto Alegre, de novo, outra terceirizada, e essa bagunça de novo.

Eu vejo assim, Mari, nós temos esse problema que é o caso de discutir no plenário, talvez convocar o procurador. O primeiro que tem que estar aqui é o procurador do Município. Por quê? Porque eu me recuso a acreditar que a Prefeitura não conheça os donos das empresas que fecham uma empresa e abrem outra mudando o CNPJ, me recuso a acreditar. Todo mundo sabe que isso existe. Se tu vais no Ministério Público do Trabalho, todos sabem que é assim que funciona, na saúde é onde mais funciona, mas não só na saúde; na

educação deve ter também. Eu não conheço, mas deve ter, porque é assim, eles não pagam, fecham o CNPJ e abrem outro CNPJ e participam de licitação. Bosco, é verdade o que você disse, não é só deste governo, vem de muito tempo. Mas é que tem uma lógica, e ela é ligada às relações entre os entes públicos e privados, com os entes públicos sendo corrompidos pelos privados. Essa é a verdade. É isso que está acontecendo. Quando não é corrompido, não sei exatamente o que acontece, por que eu não sei como aconteceu, por exemplo, para o secretário da saúde ter sido assassinado. Olhem o que nós estamos falando! Nós não estamos falando da Colômbia, nós estamos falando de Porto Alegre: o secretário da saúde foi assassinado e o rolo estava ligado às terceirizações da área da saúde.

Para concluir, eu vejo que esta comissão deveria abordar esse assunto, deveria levar ao plenário, a ideia do Bosco é boa. É pensar, inclusive, com a Procuradoria da Casa, uma legislação, que a Câmara pense, a comissão tem a prerrogativa de fazer projetos de lei, estudar e discutir com a Procuradoria para que a gente encare esse problema de alguma forma, consultando, mas é um assunto que vale a pena a comissão se debruçar de verdade, consultar advogados para poder... porque é um escândalo atrás do outro. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Bom dia a todos e todas. Trazer um abraço aos nossos visitantes, aos ilustres amigos da Secretaria da Educação, ao Francisco e às direções dos nossos sindicatos, e aos queridos vereadores e vereadoras. Eu já fui convidado recentemente para assumir uma secretaria e não aceitei, porque é coisa para louco, por isso cumprimento vocês pela árdua tarefa.

Acompanhei de perto as nossas discussões de hoje, meu querido Ver. Robaina, e eu concordo na íntegra com a tua posição, que a questão foi o modelo que se implantou, que se criou da nossa terceirização, que vem de longe sim, concordo

que, com a roubalheira, teríamos tido muito mais resultados positivos para a Prefeitura do que a terceirização, mas ela existe, é inevitável em razão do que temos aí. Para ser bastante objetivo e curto, eu concordo na íntegra com a tua posição, Francisco, de nós criarmos uma conta vinculada, acho que o projeto da Câmara pode passar por aí, da nossa CEFOR, esta conta vinculada obrigatoriamente se faria constar no processo de licitação, edital e nos contratos, eu tive a oportunidade de lecionar por tempos a questão da licitação pública, ela tem problemas sérios sim, Lei nº 8.666. Em 2001, eu fui diretor do DEP e também tínhamos o seguinte... Nós temos dois tipos de situação, a primeira, é o tamanho, a capacidade financeira da empresa que vence a licitação. Nós temos empresas de um tamanho tão pequeno, com uma capacidade financeira tão debilitada que, a qualquer atraso que aconteça no pagamento da conta, eles não pagam os empregados. Nesse processo de pagamento, nós temos, e concordo meu querido Mário, mas a situação é a seguinte: se exige coisas que a lei exige de documentação para a empresa, a empresa não entrega a documentação completa, o órgão público não pode pagar, o rolo está formado, porque a empresa não tem condições de suportar financeiramente. Portanto, nós temos esse tipo de empresa; mas nós temos outro tipo de empresa sim, que é aquela empresa com muito más intenções e que estão ali exatamente para isso, prestam algum serviço, recebem remuneração e depois desaparecem ou inventam alguma incapacidade para não pagar. Portanto, o caminho é esse. A nossa comissão apresentar uma proposta, Biga, de que se crie uma conta vinculada, garantidora da remuneração; e eu concordo – foste tu quem falou, não é Francisco? –, porque se o trabalhador não recebe a remuneração, e a empresa sai, foge ou quebra, em última análise, a responsabilidade é da Prefeitura, sim, e ela vai perder por isso. Aquele abraço. Obrigado pela atenção de todos e de todas.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada. Peço que as falas sejam mais breves, porque a gente já está no adiantado da hora. O Sr. Francisco faz a sua colocação, depois a secretaria. Obrigada.



**SR. FRANCISCO ROSSO ANDRÉ:** Eu queria só fazer alguns esclarecimentos bem rapidinho; a questão do lixo de Porto Alegre, o problema é que o objeto do contrato de Porto Alegre é peso. Então as empresas pedem para botar calça lá dentro, e da BH, o que aconteceu é que lá nós tínhamos entorno de 500, 600 trabalhadores, e metade era MEI. Por quê? Porque a Prefeitura não fiscalizada isso, olhava só a metade de contratados e a outra metade era MEI e à própria sorte. Nós fomos lá e tinha pessoal com clavícula quebrada trabalhando, porque não tinha contrato trabalhista, ele é chefe de si mesmo. Então é inviável isso.

Outro esclarecimento sobre a terceirização. A terceirização funciona, pessoal, eu nunca vi greve de terceirizado na frente de *shopping*. Nunca vi. Então o que está acontecendo é uma falta de legislação no serviço público.

Um esclarecimento bem rápido sobre a conta vinculada, os gestores sabem, o vereador deve estar a par, o que acontece hoje é que a fatura, quando ela é paga, são pagas 12 faturas, e dentro de cada fatura tem o provisionamento, que é um doze avos do décimo, um doze avos das férias, um doze avos do terço das férias, e cinco por cento lá da multa dos 40%. Por isso que as empresas, Ver.<sup>a</sup> Biga, ela bota um lucro de cinquenta centavos, porque o lucro dela não é os cinquenta centavos, o lucro dela é o provisionamento, porque quando ela foge, ela leva todo esse dinheiro; se pegar um contrato aí de 200 pessoas que as empresas terceirizadas vão dar férias com um ano e dez, um ano e onze, não dão essas férias e somem, então a empresa está com ela; vamos botar 200 pessoas, ela tem dois salários já na mão dela, e é aí que ela foge.

Então a questão dos secretários, a questão das ameaças; quando se criar uma legislação rigorosa, que eu acredito que seja conta vinculada para o pagamento direto, a gente tira da mão do secretário essa responsabilidade de liberar ou não liberar a fatura, e aí não vai ter mais a influência das empresas terceirizadas ou de pessoas mal-intencionadas ameaçando secretário, porque simplesmente se cumpre uma legislação; o que não pode hoje é as coisas continuarem acontecendo como está.

Espero ter sido claro na questão da conta vinculada também; agradeço novamente a oportunidade de estar aqui, e espero ter acrescentando para a

gente melhorar a situação, porque, para nós, do sindicato, realmente está insuportável, a cada 15 dias é uma empresa que abandona os trabalhadores, a nível municipal e estadual; a culpa sempre recai sobre nós, e aí eu sempre digo para as pessoas: “A empresa não paga, não tem fiscalização, ou uma legislação que proteja, e a culpa é do sindicato...”, mas nós estamos trabalhando. O pessoal da BH recebeu por nós; quando a empresa lá do lixo sumiu, nós é que pagamos lá os 300 trabalhadores; quando a Lion sumiu da Secretaria da Saúde, quem pagou eles fomos nós. Só que o tempo corre contra o sindicato, porque quanto mais tempo demora para a gente poder pagar, por que isso ocorre judicial, os trabalhadores se voltam contra nós, tá pessoal. Então é só esse esclarecimento que eu queria fazer.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Francisco. Secretário Mário, para as considerações finais, e daí a gente já faz a conclusão.

**SR. MÁRO DE LIMA:** De todas as vezes que eu vim na Câmara de Vereadores, em alguma comissão, eu acho que essa foi a que teve uma pauta mais pertinente, acho que temos um grande alinhamento, porque eu ouvi muitas verdades aqui e que ultrapassam, como o Ver. Robaina colocou, ultrapassam a questão do Município, é um processo histórico né, é uma trajetória de dependência de uma escolha constitucional do modelo de desenvolvimento econômico e de estado brasileiro que surgiu ao longo do processo histórico.

Eu conheci o Francisco naquela discussão da Sulport, e, na Sulport, eu disse para o proprietário: “Olha, eu não vou te pagar enquanto tu não garantir lá a rescisão dos trabalhadores”; só que isso não pode ser discricionário, não pode ser; quem fez isso foi o Mário, mas não pode; se o Mário não estiver mais lá e for um “x” que não tivesse essa sensibilidade, o que que vai acontecer? Da mesma forma ocorreu com a empresa Mobra de segurança; naquele caso da Mobra eu levei para a justiça do trabalho e disse para o juiz; e o juiz disse: “Não tem como pagar?” Eu disse: “Não vou pagar; eu não pago; se o senhor quiser fazer alguma coisa, eu não vou pagar. Eu vou depositar em juízo e aí vai sair o

pagamento...” E foi o que aconteceu. Mas isso não pode ser discricionário, não pode ser, digamos assim, uma vontade do gestor, tem que existir regras bem consolidadas para que isso ocorra, e tu trouxeste aí uma possibilidade muito importante, e eu acho que muito viável para ser implementada pelo Município, e como isso não cabe só à Secretaria da Educação é importante sim ampliar essa discussão; acho que tem que trazer a SMAP, porque lá tem um departamento, o DLC, que faz as licitações; trazer PGM, que é a representação jurídica do Município e também a CGM, que é a Controladoria-Geral do Município, que cria as regras e os controles para pagamento e tal, as ordens de serviços, as instruções normativas. Então eu acho que é uma discussão mais ampla, e interessa à educação, ou seja, não interessam ao Mário, não interessa à SMED, ao governo Melo; interessa à educação, porque a educação são os estudantes que acabam, muitas vezes, sendo prejudicados.

E trazendo uma resposta para o Sr. Jaílson do Simpa, a gente não está cobrando dos diretores a fiscalização das relações trabalhistas, isso ocorre no ambiente da SMED – e a Rebeca pode trazer – é fiscalização do serviço. Então, quando o diretor observa, e não é algo complexo, mas quando ele observa que não está sendo executado determinado tipo de trabalho adequadamente, ou os trabalhadores estão tendo esse problema, eles precisam somente nos passar uma notificação formal por escrito por que, com essa formalidade eu posso ir para cima da empresa. Eu não posso ir para cima da empresa depois que estourou o problema; eu não tenho que fazer, eu preciso... porque as relações entre o poder público – nesse caso é SMED – e também as empresas são contratuais. Então o contrato serve para proteger tanto relação da empresa, quanto do poder público; da mesma forma que o contrato de trabalho serve para proteger a relação do trabalhador e também da empresa. Então o contrato é um instrumento que liga o Município à empresa. Para eu poder sancionar, gerar algum tipo de sanção sobre o contrato, precisa de materialidade. Então é isso que a gente pede para o diretor, ao invés de o diretor procurar o vereador e fazer a denúncia, formaliza para a SMED e a SMED vai para cima da empresa. É só isso. Porque que é o diretor? Porque ele que está na ponta, ele sabe o que está

acontecendo lá. A gente faz o quê? Fiscaliza o contrato, o documento, a regra. Se a regra não está sendo cumprida, a gente pode encontrar meios legais para fazer com que isso se cumpra, mas para isso a gente precisa saber como está acontecendo lá ponta. E lá na ponta é o diretor. Claro, daqui a pouco..., mas essa função não tem que ser para o diretor. Bom, aí nós temos que também discutir lá com a Controladoria-Geral do Município e vamos dizer o seguinte. “Não pode ser o diretor”. Mas hoje a regra é essa, e a gente tem que construir instrumentos. Por isso que eu achei pertinente, porque isso não é a pauta da secretaria, ou de uma pessoa, isso é uma pauta que eu acredito em que os vereadores realmente têm de participar, porque isso afeta a prestação de serviço da política pública. Então não é do governo A, B, C, ou D, não. Eu acho que é uma questão muito mais de entrega para população, e é muito pertinente, sim, fazer essas discussões. E eu acho que nós temos que levar isso para o centro do governo principalmente para essas secretarias e órgãos que criam essas regras para a gente poder avançar nessa excelente proposta que tu colocaste.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada. Bom, a gente vê aqui que, na fala de todos, a gente mostra uma necessidade de trabalhar o tema com a seriedade pertinente, a velocidade que precisamos para que os serviços públicos tenham a qualidade necessária. E todos vereadores aqui concordam que devemos continuar esse debate. Eu coloco a nossa assessora Letícia que vai ajudar também a gente fazer um levantamento jurídico das legislações. A gente fica em contato também com o Francisco, com os demais vereadores. Podemos buscar depois também uma nova reunião até trazendo advogados e juristas sobre o tema, daí a gente até deixa ampliado o convite para vocês participarem, mas hoje o objetivo seria analisar numa perspectiva de legislação. E daí a gente dá continuidade também para o assunto.

A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Bacana, gente. Eu acho que saíram várias ideias aqui. Eu saio dessa reunião, Ver.<sup>a</sup> Mari, me sentindo contemplada

de ter proposto esse tema. É um tema muito pertinente, sem dúvida. Nós criamos a frente parlamentar aqui na Câmara e a gente está sempre convidando mais parlamentares a se tomarem. Nós já temos vários estudos da frente parlamentar, e eu acho que a CEFOR foi provocada e aceitou a provocação. Estamos todos aqui, os componentes desta comissão, para tratarmos com a seriedade que esse tema exige do poder público e exige de nós aqui da Câmara Municipal. Portanto, esse diálogo social, a promoção desse debate no sentido de mitigar os efeitos que esse debate causa na sociedade. Eu fico bem feliz, Ver.<sup>a</sup> Mari, e todos os nossos parlamentares estão aqui fazendo este debate tão necessário. E é legal pegar todas essas propostas e nós darmos conta inclusive de legislar sobre isso, não é? O Francisco trouxe aqui.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Vamos oficializar então, secretário Mário, também. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h39min.)